



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 - Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br

comunicacao@domingosmartins.es.gov.br - gabinete@domingosmartins.es.gov.br

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

PERÍODO: 2º TRIMESTRE DE 2018

(ABRIL – MAIO - JUNHO)

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101- Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c artigos 78 a 80 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 2.391/2012, regulamenta pelo Decreto Normativo nº 2.148/20012, o Relatório Trimestral de Controle Interno, referente ao **2º trimestre do exercício de 2018 em comparação com o mesmo período do ano de 2017.**

De forma geral, buscamos avaliar os principais aspectos da gestão econômica e financeira, gestão de pessoal e administrativa, bem como acompanhar a evolução financeira; cumprimento do programa de trabalho do orçamento; arrecadação da receita e realização da despesa, em especial a observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Analisamos também, o cumprimento constitucional com limite mínimo de aplicação de recursos na educação e saúde.

SUMÁRIO

1	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
1.1	Elaboração do Orçamento	6
1.2	Execução Orçamentária.....	6
1.2.1	Comparativo da receita consolidada arrecadada – 2017/2018.....	6
1.2.2	Comparativo da Execução Orçamentária	7
1.3	Análise da Arrecadação	8
1.3.1	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	8
1.3.2	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).....	9
1.3.3	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS-FUNDAP).....	10
1.3.4	Cota-Parte Especial dos Royalties Federais – Art. 50 da Lei nº 9.478/97	11
1.3.5	Cota-Parte dos Royalties Estaduais – Art. 2º da Lei nº 8.308/2006.....	12
1.3.6	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	13
1.4	Análise de Despesas Gerais por Secretaria.....	14
1.4.1	Total Liquidado do Período de abril a junho de 2018.....	14
2	DESPESAS COM PESSOAL	14
2.1	Quantitativo de Servidores	14
2.2	Limites de Gastos com Pessoal.....	15
3	APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS	15
3.1	Aplicações na Saúde.....	15
3.2	Aplicações na Educação – Art. 212 da Constituição Federal de 1988.....	16
4	CONCLUSÕES	16

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Dados do comparativo das receitas arrecadadas nos exercícios de 2017 e 2018.....	6
Tabela 2: Dados do comparativo da execução orçamentária.....	7
Tabela 3: Dados sobre o ISS.....	8
Tabela 4: Dados sobre o ICMS.....	9
Tabela 5: Dados Sobre o ICMS-FUNDAP.....	10
Tabela 6: Dados sobre a Cota-Parte Especial dos Royalties Federais.....	11
Tabela 7: Dados sobre a Cota-Parte dos Royalties Estaduais.....	12
Tabela 8: Dados sobre o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	13
Tabela 9: Dados sobre as despesas liquidadas no período de abril a junho de 2018, por secretaria.....	14
Tabela 11: Quantitativo de Servidores da Prefeitura nos anos de 2017 e 2018, apresentado por trimestre.....	14
Tabela 10: Dados sobre o limite de gastos com pessoal no 2º trimestre de 2018.....	15
Tabela 12: Dados sobre os valores percentuais de aplicação de recursos financeiros na saúde.....	15
Tabela 13: Dados sobre os valores percentuais de recursos financeiros aplicados na educação.....	16

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Gráfico do comparativo das receitas arrecadas em 2017 e 2018.....	6
Figura 2: Gráfico do comparativo da execução orçamentária nos anos de 2017 e 2018... ..	7
Figura 3: Gráfico sobre os valores de ISS.....	8
Figura 4: Gráfico sobre os valores de ICMS.....	9
Figura 5: Gráfico sobre os valores de ICMS-FUNDAP	10
Figura 6: Gráfico sobre os valores da Cota-Parte Especial dos Royalties Federais.....	11
Figura 7: Gráfico sobre os valores da Cota-Parte dos Royalties Estaduais	12
Figura 8: Gráfico dos valores de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	13

1 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 Elaboração do Orçamento

O Orçamento programa deste município foi elaborado conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64 e demais legislações pertinentes.

A Receita para o exercício de 2018 foi estimada em **R\$ 106.000.000,00** (cento e seis milhões de reais), devidamente consolidada.

1.2 Execução Orçamentária

1.2.1 Comparativo da receita consolidada arrecadada – 2017/2018

Tabela 1: Dados do comparativo das receitas arrecadadas nos exercícios de 2017 e 2018.

EXERCÍCIO	2017			2018		
PERÍODO	ABRIL	MAIO	JUNHO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (Receita Tributária)	505.568,51	646.599,64	1.160.422,44	630.459,59	705.695,65	783.943,52
Contribuições	224.467,67	205.132,18	220.295,23	230.628,82	247.472,66	229.498,46
Receita Patrimonial	328.029,73	296.467,76	379.723,50	235.441,64	152.594,69	257.110,25
Receita de Serviços	13.222,73	23.990,18	52.635,30	44.499,21	138.695,01	18.333,75
Transferências Correntes	6.970.111,39	8.029.729,17	8.173.088,39	8.358.421,09	9.047.751,65	8.996.125,86
Outras Receitas Correntes	114.226,15	134.987,79	174.412,71	266.094,08	36.779,44	18.394,56
Corrente Intraorçamentária Contribuições Sociais	363.443,12	301.158,00	371.977,70	319.101,30	360.937,44	331.342,70
Dedução para o Fundeb	-848.633,02	-946.142,11	-889.632,28	-970.847,20	-1.077.293,31	-937.635,39
Total Receita Corrente	7.670.436,28	8.691.922,61	9.642.922,99	9.113.798,53	9.612.633,23	9.697.113,71
Alienação de Bens						
Transferências de Capital		639.000,00		287.626,17	234.571,10	158.380,12
Operações de Crédito	0,00	0,00				
Total Receita de Capital		639.000,00		287.626,17	234.571,10	158.380,12
Total da Receita Orçamentária	7.670.436,28	9.330.922,61	9.642.922,99	9.401.424,70	9.847.204,33	9.855.493,83

RECEITA ARRECADADA

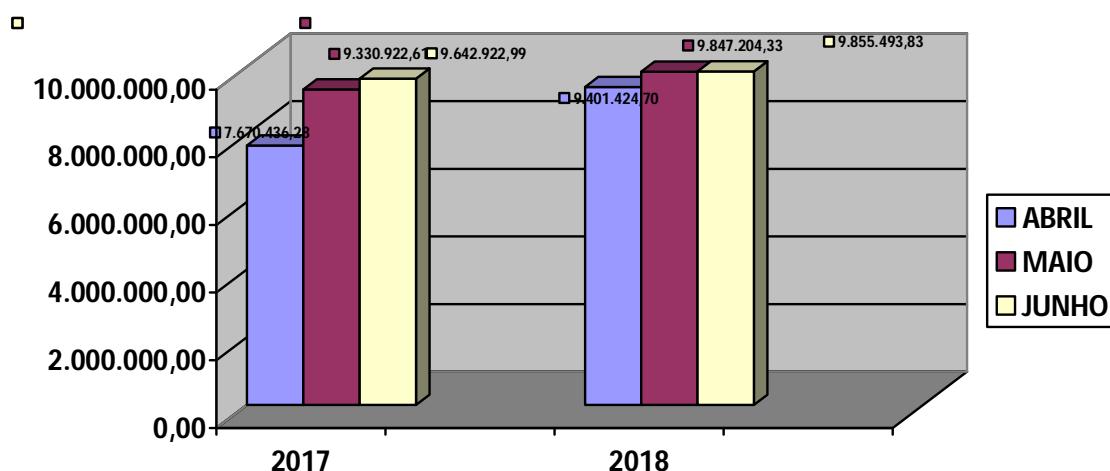


Figura 1: Gráfico do comparativo das receitas arrecadadas em 2017 e 2018.

1.2.2 Comparativo da Execução Orçamentária

Tabela 2: Dados do comparativo da execução orçamentária.

RECEITA ARRECADADA - CONSOLIDADA (R\$)				
PERÍODO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
2017	7.670.436,28	9.330.922,61	9.642.922,99	26.644.281,88
2018	9.401.424,70	9.847.204,33	9.855.493,83	29.104.122,86
DESPESA LIQUIDADA CONSOLIDADA – PODER EXECUTIVO (R\$)				
PERÍODO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
2017	6.306.876,06	6.854.782,03	8.650.588,26	21.812.246,35
2018	8.569.590,87	8.468.737,49	8.491.070,75	25.529.399,11
SUPERÁVIT E/OU DÉFICIT (R\$) (Receita – Despesa)				
PERÍODO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
2017	1.363.560,22	2.476.140,58	992.334,73	4.832.035,53
2018	831.833,83	1.378.466,84	1.364.423,08	3.574.723,75

RECEITA X DESPESA – 2º TRIMESTRE 2017/2018

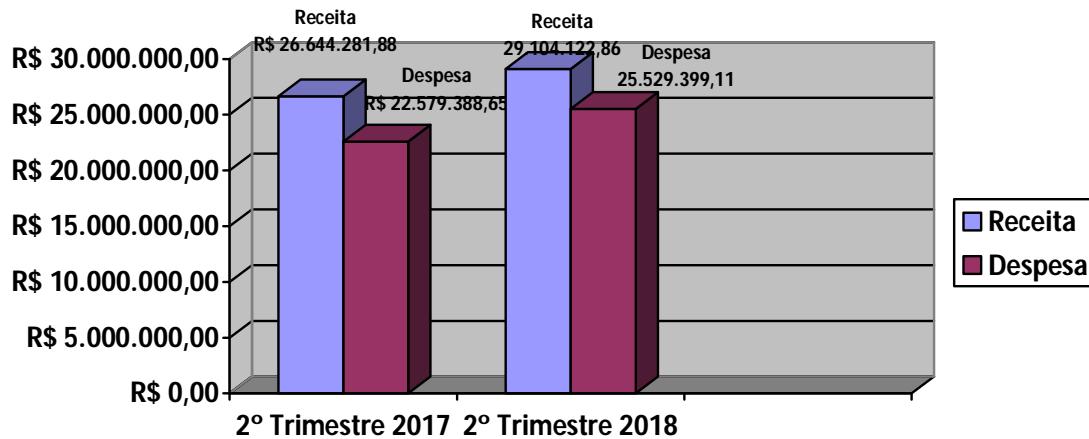


Figura 2: Gráfico do comparativo da execução orçamentária nos anos de 2017 e 2018.

1.3 Análise da Arrecadação

1.3.1 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

Tabela 3: Dados sobre o ISS.

EXERCÍCIO	MÊS	R\$	EXERCÍCIO	MÊS	R\$
2017	ABRIL	330.184,91	2018	ABRIL	411.495,05
	MAIO	350.963,86		MAIO	456.833,99
	JUNHO	359.264,58		JUNHO	622.740,73
TOTAL		1.040.413,35	TOTAL		1.491.069,77
DIFERENÇA DE ARRECADAÇÃO 2017/2018				450.656,42	
VALOR ARRECADADO ABRIL A JUNHO/2018				1.491.069,77	
MÉDIA DE ARRECADAÇÃO MENSAL				497.023,25	

COMPARATIVO 2º TRIMESTRE 2017/2018 - ISSQN

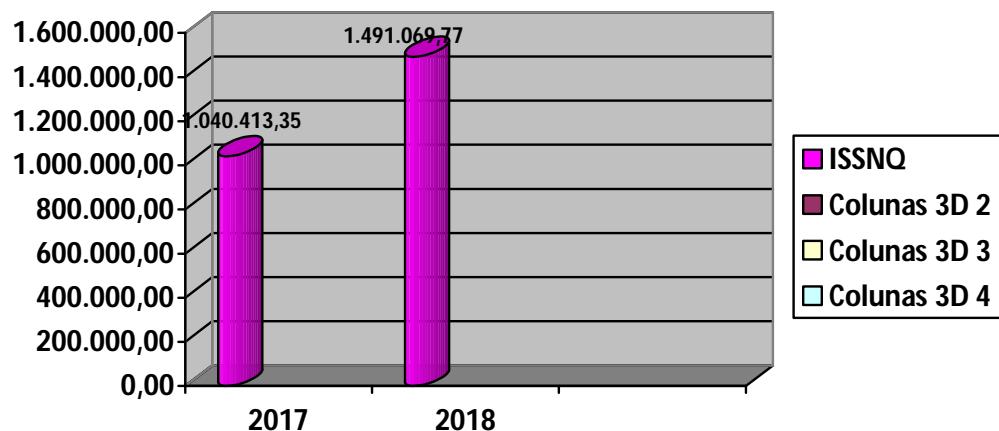


Figura 3: Gráfico sobre os valores de ISS.

1.3.2 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)

Tabela 4: Dados sobre o ICMS.

EXERCÍCIO	MÊS	R\$	EXERCÍCIO	MÊS	R\$
2017	ABRIL	2.003.544,65	2018	ABRIL	2.564.112,59
	MAIO	1.922.938,33		MAIO	2.661.200,61
	JUNHO	2.291.968,48		JUNHO	2.417.918,74
TOTAL		6.218.451,46	TOTAL		7.643.231,94
DIFERENÇA DE ARRECADAÇÃO 2017/2018				1.424.780,48	
VALOR ARRECADADO ABRIL A JUNHO/2018				7.643.231,94	
MÉDIA DE ARRECADAÇÃO MENSAL				2.547.743,98	

COMPARATIVO 2º TRIMESTRE 2017/2018 - ICMS

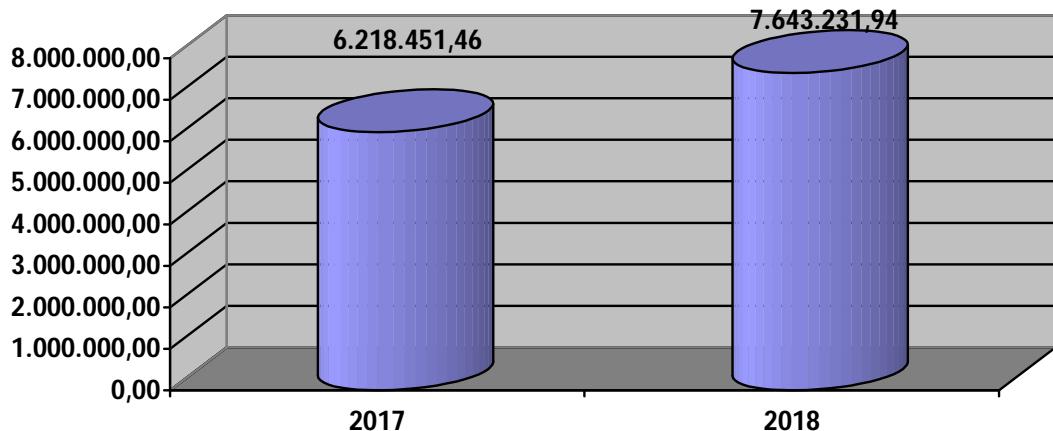


Figura 4: Gráfico sobre os valores de ICMS.

1.3.3 Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS-FUNDAP)

Tabela 5: Dados Sobre o ICMS-FUNDAP.

EXERCÍCIO	MÊS	R\$	EXERCÍCIO	MÊS	R\$
2017	ABRIL	15.412,57	2018	ABRIL	176.291,96
	MAIO	202.074,17		MAIO	150.855,02
	JUNHO	99.967,10		JUNHO	146.640,58
TOTAL		317.453,84	TOTAL		473.787,56
DIFERENÇA DE ARRECADAÇÃO 2017/2018				156.333,72	
VALOR ARRECADADO ABRIL A JUNHO/2018				473.787,56	
MÉDIA DE ARRECADAÇÃO MENSAL				157.929,18	

COMPARATIVO 2º TRIMESTRE 2017/2018 - ICMS-FUNDAP

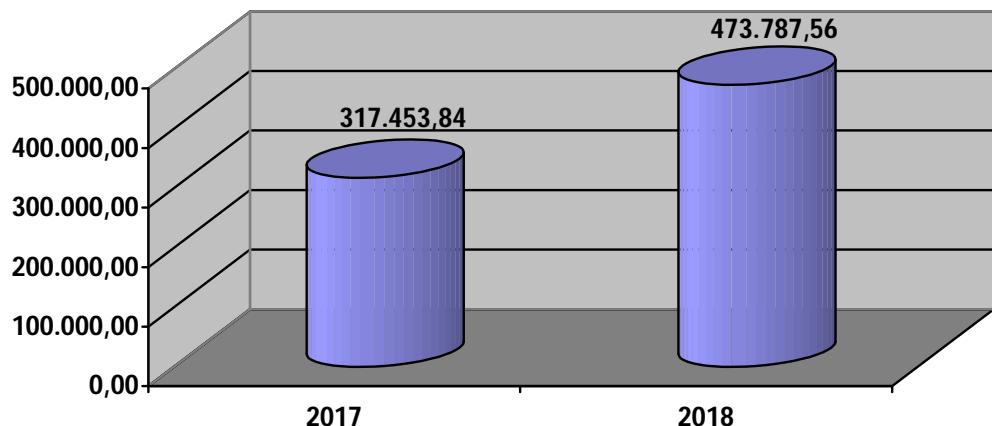


Figura 5: Gráfico sobre os valores de ICMS-FUNDAP.

1.3.4 Cota-Parte Especial dos Royalties Federais – Art. 50 da Lei nº 9.478/97

Tabela 6: Dados sobre a Cota-Parte Especial dos Royalties Federais.

EXERCÍCIO	MÊS	R\$	EXERCÍCIO	MÊS	R\$
2017	ABRIL	182.376,50	2018	ABRIL	192.289,97
	MAIO	188.282,36		MAIO	216.275,03
	JUNHO	179.666,93		JUNHO	247.157,73
TOTAL		550.325,79	TOTAL		655.722,73
DIFERENÇA DE ARRECADAÇÃO 2017/2018				105.396,94	
VALOR ARRECADADO ABRIL A JUNHO/2018				655.722,73	
MÉDIA DE ARRECADAÇÃO MENSAL				218.574,24	

COMPARATIVO 2º TRIMESTRE 2017/2018 - COTA-PARTE ROYALTIES FEDERAIS

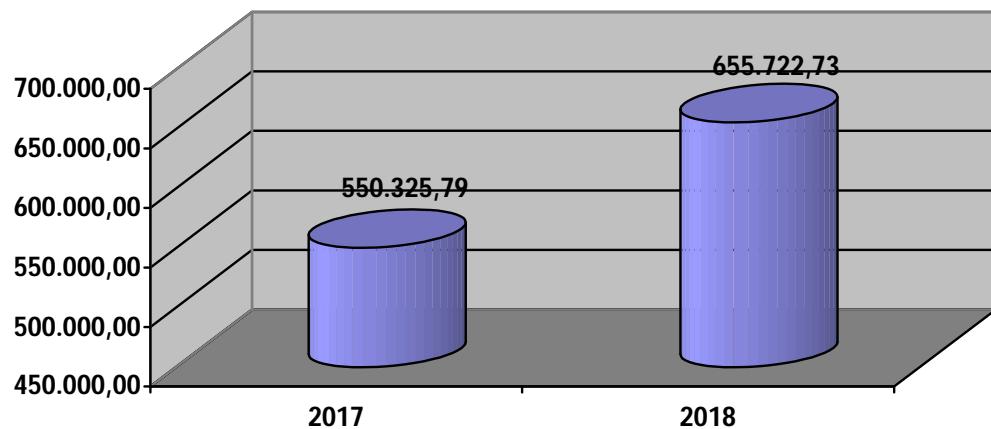


Figura 6: Gráfico sobre os valores da Cota-Parte Especial dos Royalties Federais.

1.3.5 Cota-Parte dos Royalties Estaduais – Art. 2º da Lei nº 8.308/2006

Tabela 7: Dados sobre a Cota-Parte dos Royalties Estaduais.

EXERCÍCIO	MÊS	R\$	EXERCÍCIO	MÊS	R\$
2017	ABRIL	99.169,32	2018	ABRIL	101.773,06
	MAIO	101.960,24		MAIO	113.636,60
	JUNHO	97.194,00		JUNHO	129.420,69
TOTAL		298.323,56	TOTAL		344.830,35
DIFERENÇA DE ARRECADAÇÃO 2017/2018				46.506,79	
VALOR ARRECADADO ABRIL A JUNHO DE 2018				344.830,35	
MÉDIA DE ARRECADAÇÃO MENSAL				114.943,45	

COMPARATIVO 2º TRIMESTRE 2017/2018 - COTA-PARTE ROYALTIES ESTADUAIS

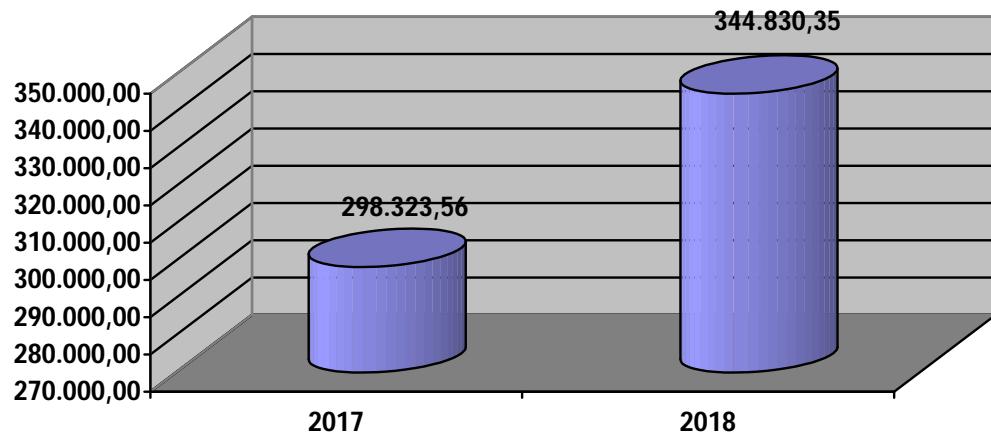


Figura 7: Gráfico sobre os valores da Cota-Parte dos Royalties Estaduais.

1.3.6 Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Tabela 8: Dados sobre o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

EXERCÍCIO	MÊS	R\$	EXERCÍCIO	MÊS	R\$
2017	ABRIL	1.621.484,53	2018	ABRIL	1.634.106,98
	MAIO	1.839.294,34		MAIO	2.005.446,26
	JUNHO	1.695.306,53		JUNHO	1.878.005,04
TOTAL		5.156.085,40	TOTAL		5.517.558,28
DIFERENÇA DE ARRECADAÇÃO 2017/2018				361.472,88	
VALOR ARRECADADO ABRIL A JUNHO DE 2018				5.517.558,28	
MÉDIA DE ARRECADAÇÃO MENSAL				1.839.186,09	

COMPARATIVO 2º TRIMESTRE 2017/2018 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

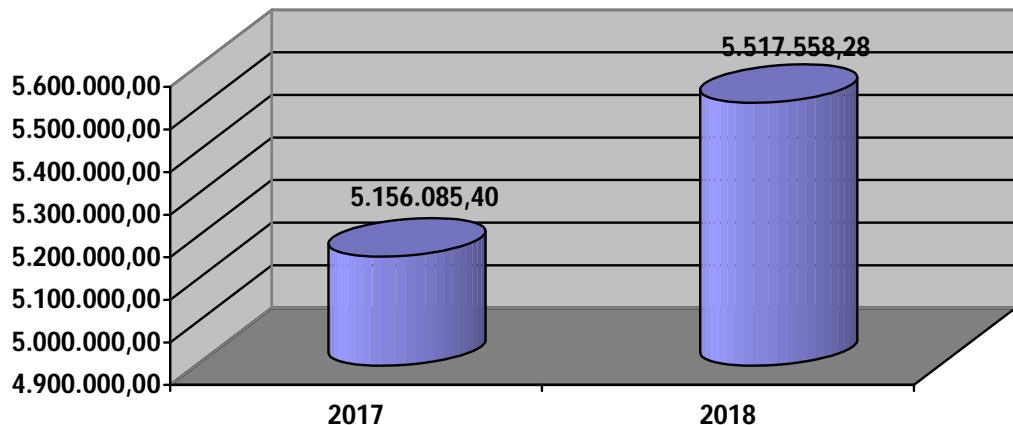


Figura 8: Gráfico dos valores de repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

1.4 Análise de Despesas Gerais por Secretaria

1.4.1 Total Liquidado do Período de ABRIL A JUNHO de 2018

Tabela 9: Dados sobre as despesas liquidadas no período de abril a junho de 2018, por secretaria.

SECRETARIA	R\$	%
Secretaria Municipal de Governo	422.451,34	1,7%
Controladoria Interna	50.246,11	0,2%
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	80.963,53	0,3%
Procuradoria Geral do Município	109.375,37	0,4%
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	866.496,27	3,5%
Secretaria Municipal da Fazenda	481.159,82	2,0%
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	656.022,68	2,7%
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	2.201.043,68	9,0%
Secretaria Municipal de Interior e Transportes	997.803,57	4,1%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	166.155,81	0,7%
Secretaria Municipal de Educação e Esporte	10.176.344,22	41,5%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	969.030,37	4,0%
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	186.238,23	0,8%
Secretaria Municipal de Saúde	7.134.006,11	29,1%
TOTAL GERAL	24.497.337,11	100,0%

2 DESPESAS COM PESSOAL

2.1 Quantitativo de Servidores

Conforme os dados extraídos do sistema de folha de pagamento de 2017 e 2018, demonstra-se no quadro a seguir, o número total de servidores do 2º trimestre:

Tabela 10: Quantitativo de Servidores da Prefeitura nos anos de 2017 e 2018, apresentado por trimestre.

QUANTITATIVO DE SERVIDORES				
2017		2018		REDUÇÃO/AUMENTO 2017 PARA 2018
ABRIL	1.466	ABRIL	1.521	+ 55
MAIO	1.467	MAIO	1.525	+ 58
JUNHO	1.473	JUNHO	1.514	+ 41

Observa-se um aumento significativo no quantitativo de servidores mês a mês demonstrado na Tabela 10. Diante disso, recomendamos que sejam criados mecanismos de redução do quadro de pessoal, empenhando esforços para coibir novas contratações, concessão de cargos em comissão, dentre outros, objetivando evitar transtornos e penalidades previstas na legislação em vigor.

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, a LRF veio reforçar a necessidade de planejamento das ações do administrador, que deve agir preventivamente e não apenas corretivamente, com vistas a alcançar o equilíbrio das

contas públicas, por meio do cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e da obediência a diversos limites e condições, em especial no que tange a geração de despesas com pessoal.

Ressaltamos que o índice de gasto com pessoal apresentado no período analisado, não demonstra a real situação dos gastos referente à pessoal, tendo em vista que existe uma receita específica denominada Receita Teto da Média e Alta Complexidade – Rede Urgência advinda do SUS, para repasse integral à FHASDOMAR. Tal receita, de valor considerável, compõe a base de cálculo do índice de pessoal, porém não pode ser utilizada para pagamento da folha, mascarando desta forma o referido índice.

Lembramos ainda que, se por ventura a receita supramencionada não for mais repassada pelo SUS diretamente ao Município, o índice sofrerá uma alteração que poderá atingir o limite prudencial de 51,30%, indicado pelo TCE-ES.

2.2 Limites de Gastos com Pessoal

Tabela 11: Dados sobre o limite de gastos com pessoal no 2º trimestre de 2017/2018.

COMPARATIVO GASTO COM PESSOAL 2017/2018					
MÊS/ANO 2017	VALOR	PERCENTUAL	MÊS/ANO 2018	VALOR	PERCENTUAL
Folha Abril	47.693.849,39	48,91 %	Folha Abril	46.408.663,70	46,31 %
Folha Maio	47.634.023,34	49,00 %	Folha Maio	47.082.807,35	46,80 %
Folha Junho	48.233.807,62	49,72 %	Folha Junho	46.771.996,84	46,50 %

3 APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1 Aplicações na Saúde

Tabela 12: Dados sobre os valores percentuais de aplicação de recursos financeiros na saúde.

Apuração do percentual aplicado em Saúde	Empenho	Liquidado
Receitas arrecadadas até o período	33.747.811,24	33.747.811,24
Despesas líquidas executadas no período	17.439.076,69	6.201.462,22
Percentual aplicado no período	51,67%	18,38%

Observação: Cabe ressaltar que os dados referentes à Saúde correspondem ao período de janeiro a junho de 2018.

3.2 Aplicações na Educação – Art. 212 da Constituição Federal de 1988

Tabela 13: Dados sobre os valores percentuais de recursos financeiros aplicados na educação.

LIMITES MÍNIMOS A SEREM ATINGIDOS

QUADRO RESUMO DAS RECEITAS	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%	MDE	TOTAL
MDE	-	-	2.405.039,05	2.405.039,05
FUNDEB	6.000.846,59	4.000.564,39	-	10.001.410,98
RENDIMENTO FUNDEB	14.111,60		-	14.111,60
RENDIMENTO MDE	-		1.611,51	1.611,51
TOTAL GERAL	6.014.958,19	4.000.564,39	2.406.650,56	12.422.173,14

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%	MDE	TOTAL
VALOR RECEBIDO	6.014.958,19	4.000.564,39	2.406.650,56	12.422.173,14
VALOR APLICADO	7.770.869,43	1.260.495,37	4.261.740,60	13.293.105,40
DIFERENÇA (+/-)	1.755.911,24	-2.740.069,02	1.855.090,04	870.932,26

VALOR MÍNIMO A SER APLICADO COM REMUN. DO MAGISTÉRIO X APLICAÇÃO EFETIVA

Receita - FUNDEB 60%	6.000.846,59
Rendimentos - FUNDEB 60%	14.111,60
Valor mínimo a ser aplicado no período	6.014.958,19
Despesa Folha FUNDEB 60% do período	7.770.869,43
% Aplicado FUNDEB 60% no período	77,52

ÍNDICE DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO NO PERÍODO % Aplicado (25%)	27,7
-------------------------------------------------------------	-------------

Observação: Cabe ressaltar que os dados referentes a Educação correspondem ao período de janeiro a junho de 2018.

4 CONCLUSÕES

O relatório apresentado se refere ao comparativo de receitas e despesas do 2º trimestre de 2017 em relação ao 2º trimestre de 2018.

Recomendamos a Vossa Excelência que proceda a análise minuciosa das receitas e despesas apresentadas, em especial a verificação no aumento significativo na arrecadação do ISS em comparação com o 2º Trimestre de 2017, bem como observar que as demais receitas analisadas também tiveram aumento de arrecadação.

Cabe ressaltar que tal análise se faz necessária visando à continuação na busca por ações de fortalecimento na arrecadação de receitas e redução das despesas correntes, para que os recursos sejam aplicados com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços ofertados à população, atingindo assim as metas organizacionais de modo eficiente e eficaz por meio do planejamento, organização, e controle dos recursos públicos.

Domingos Martins – ES, 14 de setembro de 2018

Márcia d'Assumpção
Controladora Interna